

NADIA A. BOSSA

Psicopedagoga.
Mestre em Psicologia da Educação pela PUC-SP.
Doutora em Psicologia e Educação pela USP.

A Psicopedagogia no Brasil

Contribuições a partir da prática

2ª edição
revista e aumentada

B745p Bossa, Nadia A.

A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir
da prática / Nadia A. Bossa. – 2.ed. – Porto Alegre :
Artes Médicas Sul, 2000.

1. Psicopedagogia – Brasil. I. Título.

CDU 37.015.3(81)

Catálogo na publicação: Mônica Ballejo Canto – CRB 10/1023

ISBN 85-7307-716-6



PORTO ALEGRE, 2000

1

Fundamentos da Psicopedagogia

O termo *psicopedagogia* apresenta-se, hoje, com uma característica especial. Quanto mais tentamos elucidá-lo, menos claro ele nos parece. Essa dificuldade é uma das razões e finalidade do presente ensaio, isto é, procuro deixar claro que a ambigüidade reside tanto na palavra quanto na coisa que ela reporta. À primeira vista, o termo sugere tratar-se de uma aplicação da Psicologia à Pedagogia, porém tal definição não reflete o significado que esse termo assume em razão do seu nascimento. Como diz Lino de Macedo (1992), “o termo já foi inventado e assinala de forma simples e direta uma das mais profundas e importantes razões da produção de um conhecimento científico: o de ser meio, o de ser instrumento, para um outro, tanto em uma perspectiva teórica ou aplicada”. Neste sentido, enquanto produção de conhecimento científico, a *Psicopedagogia*, que nasceu da necessidade de uma melhor compreensão do processo de aprendizagem, não se basta como aplicação da Psicologia à Pedagogia. Macedo lembra-nos, ainda, que no *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* o termo *psicopedagogia* é definido como “aplicação da psicologia experimental à pedagogia” (1992, p. VII). //

Os diversos autores que tratam da *Psicopedagogia* enfatizam o seu caráter *interdisciplinar*¹. Reconhecer tal caráter significa admitir a sua *especificidade* enquanto área de estudos, uma vez que, *buscando conhecimentos em outros campos, cria o seu próprio objeto*, condição essencial da interdisciplinaridade. Ao admitir essa interseção, não nos resta outra alternativa senão abandonarmos a idéia de

tratar a Psicopedagogia apenas como aplicação da Psicologia à Pedagogia, pois, ainda que se tratasse de recorrer apenas a estas duas disciplinas (o que não creio) na solução da problemática que lhe deu origem – os problemas de aprendizagem – não seria como mera aplicação de uma à outra, mas sim na constituição de uma nova área que, recorrendo aos conhecimentos dessas duas, pensa o seu objeto de estudo a partir de um corpo teórico próprio, ou melhor, que busca se constituir.

Penso que a Psicopedagogia, como área de aplicação, antecede o *status* de área de estudos, a qual tem procurado sistematizar um corpo teórico próprio, definir o seu objeto de estudo, delimitar o seu campo de atuação, e para isso recorre à Psicologia, Psicanálise, Linguística, Fonoaudiologia, Medicina, Pedagogia. Podemos citar alguns profissionais brasileiros que objetivam dar a sua contribuição na formação desse corpo teórico, começando por tentar definir a Psicopedagogia.

Para Maria M. Neves, “falar sobre psicopedagogia é, necessariamente, falar sobre a articulação entre educação e psicologia, articulação essa que desafia estudiosos e práticos dessas duas áreas. Embora quase sempre presente no relato de inúmeros trabalhos científicos que tratam principalmente dos problemas ligados à aprendizagem, o termo psicopedagogia não consegue adquirir clareza na sua dimensão conceitual” (1992, p. 10). Segundo essa autora, a Psicopedagogia inicialmente foi utilizada como *adjetivo*, indicando uma forma de atuação que apontava a inevitável interseção dos campos do conhecimento da Psicologia e da Pedagogia. Diz Neves: “dentro dessa conotação adjetiva da psicopedagogia, alguns autores, principalmente pertencentes ao campo pedagógico, no final da década de 70 e início dos anos 80 no Brasil, chamaram de *atitude psicopedagógica* o que em verdade era um *psicologismo radical*. Por isso, tratavam de denunciar a formação dos professores por eles cognominada de psicopedagógica” (ibidem).

Posteriormente, ainda segundo a professora Neves, a Psicopedagogia assumiu uma conotação *substantiva*, o que por um lado correspondeu a uma aplicação conceitual e, por outro, causou um lamentável estado de confusão, devido à utilização de toda uma polissemia aplicada a um só termo. Concorro com Neves quando se refere à questão conceitual mencionando a confusão que se apresenta, e creio que essa ambigüidade ou dubiedade se estende também à prática.

Para Kiguel, que também tem contribuído nesse processo de construção do *saber psicopedagógico*, “historicamente a Psicopedagogia surgiu na fronteira entre a Pedagogia e a Psicologia, a partir das necessidades de atendimento de crianças com ‘distúrbios de aprendizagem’, consideradas inaptas dentro do sistema educacional convencional” (1991, p. 22) e “no momento atual, à luz de pesquisas psicopedagógicas que vêm se desenvolvendo, inclusive no nosso meio, e de contribuições da área da psicologia, sociologia, antropologia, linguística, epistemologia, o campo da psicopedagogia passa por uma reformulação. De uma perspectiva puramente clínica e individual busca-se uma compreensão mais integradora do fenômeno da aprendizagem e uma atuação de natureza mais preventiva” (ibidem).

A afirmação de que a Psicopedagogia, historicamente, surgiu na fronteira entre a Psicologia e a Pedagogia merece maior atenção. Kiguel avança outra possibilidade quanto ao surgimento da Psicopedagogia ao mencionar as tentativas de expli-

cação para o fracasso escolar por outras vias que não a pedagógica e a psicológica. Afirma que “os fatores etiológicos utilizados para explicar índices alarmantes do fracasso escolar envolviam quase que exclusivamente fatores individuais como desnutrição, problemas neurológicos, psicológicos, etc.”, acrescentando que “no Brasil, particularmente durante a década de 70, foi amplamente difundido o rótulo de Disfunção Cerebral Mínima para as crianças que apresentavam, como sintoma proeminente, distúrbios na escolaridade” (ibidem).

Tais afirmações de Kiguel remetem-nos a duas considerações:

- 1) As explicações para o fracasso escolar fundamentavam-se em discursos que superam o psicológico e negam o pedagógico, pois elas falam de desnutrição, problemas neurológicos e problemas psicológicos (cf. Dorneles, in Scoz et alii, 1987).
- 2) A idéia, amplamente aceita no Brasil (e em outros países), de que o problema de aprendizagem estivesse relacionado com fatores neurológicos (cf. Cypel, 1986), indica o peso da concepção organicista no entendimento de uma problemática que, conforme vimos, afirma-se, ao mesmo tempo, ser preocupação da Psicologia e da Pedagogia.

Essa segunda consideração nos permite a seguinte correlação: quanto maior a preocupação com o orgânico, menor o espaço para o psicológico. Considerando as suas implicações na prática, portanto, a Psicopedagogia não pode ser pensada simplesmente como uma aplicação da Psicologia à Pedagogia. Mas, se a Psicopedagogia não é uma aplicação da Psicologia (experimental) à Pedagogia, o que é então? Para responder esta pergunta convém percorrer um caminho em que é preciso pensar sobre o seu objeto de estudo, as teorias que, na interdisciplinaridade, embasam essa prática, e o seu campo de atuação.

Passemos a pensar, pois, sobre o objeto de estudo da Psicopedagogia.

1. O OBJETO DE ESTUDO DA PSICOPEDAGOGIA

Se a (in)definição do termo *psicopedagogia* produz um estado de confusão conforme afirma Neves, vejamos qual é a definição do objeto de estudo da Psicopedagogia segundo alguns psicopedagogos brasileiros.

Para Kiguel, “o objeto central de estudo da Psicopedagogia está se estruturando em torno do processo de aprendizagem humana: seus padrões evolutivos normais e patológicos – bem como a influência do meio (família, escola, sociedade) no seu desenvolvimento” (1991, p. 24). De acordo com Neves, “a psicopedagogia estuda o ato de aprender e ensinar, levando sempre em conta as realidades interna e externa da aprendizagem, tomadas em conjunto. E, mais, procurando estudar a construção do conhecimento em toda a sua complexidade, procurando colocar em pé de igualdade os aspectos cognitivos, afetivos e sociais que lhe estão implícitos” (1991, p. 12).

Segundo Scoz, “a psicopedagogia estuda o processo de aprendizagem e suas dificuldades, e numa ação profissional deve englobar vários campos do conhecimento, integrando-os e sintetizando-os” (1992, p. 2). Para Golbert:

(...) o objeto de estudo da Psicopedagogia deve ser entendido a partir de dois enfoques: preventivo e terapêutico. O enfoque preventivo considera o objeto de estudo da Psicopedagogia o ser humano em desenvolvimento, enquanto educável. Seu objeto de estudo é a pessoa a ser educada, seus processos de desenvolvimento e as alterações de tais processos. Focaliza as possibilidades do aprender, num sentido amplo. Não deve se restringir a uma só agência como a escola, mas ir também à família e à comunidade. Poderá esclarecer, de forma mais ou menos sistemática, a professores, pais e administradores sobre as características das diferentes etapas do desenvolvimento, sobre o progresso nos processos de aprendizagem, sobre as condições psicodinâmicas da aprendizagem, sobre as condições determinantes de dificuldades de aprendizagem. O enfoque terapêutico considera o objeto de estudo da psicopedagogia a identificação, análise, elaboração de uma metodologia de diagnóstico e tratamento das dificuldades de aprendizagem (1985, p. 13).

Para Rubinstein, “num primeiro, momento a psicopedagogia esteve voltada para a busca e o desenvolvimento de metodologias que melhor atendessem aos portadores de dificuldades, tendo como objetivo fazer a reeducação ou a remediação e desta forma promover o desaparecimento do sintoma”. E, ainda, “a partir do momento em que o foco de atenção passa a ser a compreensão do processo de aprendizagem e a relação que o aprendiz estabelece com a mesma, o objeto da psicopedagogia passa a ser mais abrangente: a metodologia é apenas um aspecto no processo terapêutico, e o principal objetivo é a investigação de etiologia da dificuldade de aprendizagem, bem como a compreensão do processamento da aprendizagem considerando todas as variáveis que intervêm neste processo” (1992, p. 103).

Do ponto de vista de Weiss, “a psicopedagogia busca a melhoria das relações com a aprendizagem, assim como a melhor qualidade na construção da própria aprendizagem de alunos e educadores” (1991, p. 6).

Essas considerações em relação ao objeto de estudo da Psicopedagogia sugerem que há um certo consenso quanto ao fato de que ela deve ocupar-se em estudar a aprendizagem humana, porém é uma ilusão pensar que tal consenso nos conduza, a todos, a um único caminho. O tema da aprendizagem apresenta tamanha complexidade que tem a dimensão da própria natureza humana e caberia um outro ensaio para tratá-lo. É importante, no entanto, ressaltar que a concepção de aprendizagem é resultado de uma visão de homem, e é em razão desta que acontece a práxis psicopedagógica.

Dos profissionais brasileiros supracitados, pudemos verificar que o tema da aprendizagem ocupa-os e preocupa-os, sendo os problemas desse processo (de aprendizagem) a causa e a razão da Psicopedagogia. Este é também o pensamento dos argentinos (os quais, conforme veremos no Capítulo 2, inspiraram-nos). Podemos observar esse pensamento traduzido nas palavras de profissionais argentinos que atuam na área e que estão envolvidos no trabalho teórico. Para eles, “a aprendizagem com seus problemas” constitui-se no pilar-base da Psicopedagogia. Vejamos.

Alicia Fernández, ao citar Sara Paín, coloca: “ella considera a sí como el síntoma histórico fue la plataforma de lanzamiento para que Freud pudiera formular la teoría y la técnica del psicoanálisis, dando cuenta de los fenómenos inconcientes,

el problema de aprendizaje es nuestra plataforma de lanzamiento para construir una teoría psicopedagógica” (1990a, p. 11).

Fernández, ao referir-se à Psicopedagogia, sublinha:

Pero aún no hemos podido construir alguna teoría acerca de nuestra práctica específica, en la patología del aprendizaje. Recurrimos a la teoría de la inteligencia de Piaget, que nos aporta un modelo de la inteligencia, pero no urta teoría acerca de las fracturas en el aprender, acerca del sujeto que no aprende. Recurrimos también al psicoanálisis, que nos permite, entre tantas otras cosas, realizar una lectura de lo inconciente y nos posibilita un marco psicopatológico al cual remitimos para comprender la estructura de personalidad de nuestros pacientes. Pero carecemos de una psicopatología acerca del aprendizaje. Estamos realizando intentos de construir nuestra propia teoría, nuestro específico encuadre, los rasgos diferenciadores de nuestra técnica y nuestro lugar como especialistas en problemas de aprendizaje (1984, p. 102).

Segundo Jorge Visca, a Psicopedagogia, que inicialmente foi uma ação subsidiária da Medicina e da Psicologia, perfilou-se como um conhecimento independente e complementar, possuída de um objeto de estudo – o processo de aprendizagem – e de recursos diagnósticos, corretores e preventivos próprios (1987).

Para Marina Müller, ao refletir-se sobre o objeto de estudo específico da Psicopedagogia, deve-se tomar em conta o lugar em que está situado este campo de atividade. Diz essa autora que é função da Psicologia pensar “cómo se incrementan los conocimientos, o bien entran en contradicción y se sustituyen; qué leyes rigen estos procesos; qué influencias afectivas y representaciones inconcientes los acompañan; qué dificultades los interfieren o impiden; de qué manera se pueden favorecer los aprendizajes o tratar sus alteraciones”. É função da Pedagogia pensar: “Qué es educar, qué es enseñar y aprender; cómo se desenvuelven estas actividades; cómo inciden subjetivamente los sistemas y métodos educativos; cuáles son las problemáticas estructurales que intervienen en el surgimiento de transtornos del aprendizaje y en el fracaso escolar; qué propuestas de cambio surgen”. “El sujeto que aprende” – diz Marina Müller – “es motivo de interrogantes para los psicopedagogos, y destinatario de su actividad profesional” (Müller, 1984, pp. 7 e 8).

A Psicopedagogia se ocupa da aprendizagem humana, que adveio de uma demanda – o problema de aprendizagem, colocado num território pouco explorado, situado além dos limites da Psicologia e da própria Pedagogia – e evoluiu devido à existência de recursos, ainda que embrionários, para atender a essa demanda, constituindo-se, assim, numa prática. Como se preocupa com o problema de aprendizagem, deve ocupar-se inicialmente do processo de aprendizagem. Portanto, vemos que a Psicopedagogia estuda as características da aprendizagem humana: como se aprende, como essa aprendizagem varia evolutivamente e está condicionada por vários fatores, como se produzem as alterações na aprendizagem, como reconhecê-las, tratá-las e preveni-las². Esse objeto de estudo, que é um sujeito a ser estudado por outro sujeito, adquire características específicas a depender do trabalho clínico ou preventivo:

- O trabalho clínico se dá na relação entre um sujeito com sua história pessoal e sua modalidade de aprendizagem, buscando compreender a mensagem de

outro sujeito, implícita no não-aprender. Nesse processo, onde investigador e objeto-sujeito de estudo interagem constantemente, a própria alteração torna-se alvo de estudo da Psicopedagogia. Isto significa que, nesta modalidade de trabalho, deve o profissional compreender o que o sujeito aprende, como aprende e por que, além de perceber a dimensão da relação entre psicopedagogo e sujeito de forma a favorecer a aprendizagem.

- No trabalho preventivo³, a instituição, enquanto espaço físico e psíquico da aprendizagem, é objeto de estudo da Psicopedagogia, uma vez que são avaliados os processos didático-metodológicos e a dinâmica institucional que interferem no processo de aprendizagem.

A definição do objeto de estudo da Psicopedagogia passou por fases distintas, assim como os demais aspectos dessa área de estudo. Em diferentes momentos históricos, que repercutem nas produções científicas, esse objeto foi entendido de várias formas. Houve tempo em que o trabalho psicopedagógico priorizava a reeducação, o processo de aprendizagem era avaliado em função de seus déficits e o trabalho procurava vencer tais defasagens. O objeto de estudo era o sujeito que não podia aprender, concebendo-se a “não-aprendizagem” pelo enfoque que salientava a falta. Esse enfoque buscava estabelecer semelhanças entre grandes grupos de sujeitos, as regularidades, o esperado para determinada idade, visando reduzir as diferenças e acentuar a uniformidade.

Posteriormente, a Psicopedagogia adotou a noção de “não-aprendizagem” de uma outra maneira: o não-aprender é tido como carregado de significados, e não se opõe ao aprender. Essa fase da Psicopedagogia é fundamentada especialmente na Psicanálise e na Psicologia Genética. Essa nova concepção leva em conta a singularidade do indivíduo ou grupo, buscando o sentido particular de suas características e suas alterações, segundo as circunstâncias da sua própria história e do seu mundo sociocultural. O processo evolutivo pelo qual essa nova área de estudo procurou estruturar-se entende que o objeto de estudo é sempre o sujeito “aprendendo”, como se refere Alicia Fernández (1991). Essa concepção de sujeito variou, porém, conforme dissemos anteriormente, em função da visão de *homem* adotada em cada momento histórico e da sua correspondente concepção de aprendizagem.

Atualmente, a Psicopedagogia trabalha com uma concepção de aprendizagem segundo a qual participa desse processo um equipamento biológico com disposições afetivas e intelectuais que interferem na forma de relação do sujeito com o meio, sendo que essas disposições influenciam e são influenciadas pelas condições socioculturais do sujeito e do seu meio.

Conforme vimos, o trabalho psicopedagógico pode ser preventivo e clínico. Entretanto, ele é também teórico na medida da necessidade de se refletir sobre a prática. Assim sendo, vale repensar um pouco a prática, antes de abordar o teórico.

No trabalho preventivo podemos falar em diferentes níveis de prevenção. No primeiro nível, o psicopedagogo atua nos processos educativos com o objetivo de diminuir a “frequência dos problemas de aprendizagem”. Seu trabalho incide nas questões didático-metodológicas, bem como na formação e orientação de profes-

res, além de fazer aconselhamento aos pais. No segundo nível, o objetivo é diminuir e tratar dos problemas de aprendizagem já instalados. Para tanto, cria-se um plano diagnóstico da realidade institucional e elabora-se planos de intervenção baseados nesse diagnóstico, a partir do qual procura-se avaliar os currículos com os professores, para que não se repitam tais transtornos. No terceiro nível, o objetivo é eliminar os transtornos já instalados, num procedimento clínico com todas as suas implicações. O caráter preventivo permanece aí, uma vez que, ao eliminarmos um transtorno, estamos prevenindo o aparecimento de outros.

Como um exemplo dos níveis de trabalho preventivo acima, podemos nos utilizar de uma situação específica: a alfabetização. Ao se deparar com novas teorias acerca da alfabetização, o psicopedagogo, juntamente com outros profissionais da escola, trata de elaborar métodos de ensino compatíveis com as novas concepções acerca desse processo. Nesse momento, que corresponderia ao primeiro nível preventivo, ele trabalha com os professores, auxiliando-os a incorporar os novos conhecimentos e os procedimentos metodológicos deles decorrentes.

Utilizando ainda a alfabetização, digamos que num determinado grupo, classe ou instituição, apareçam transtornos na aprendizagem do processo de leitura e escrita. Cabe então ao psicopedagogo, no segundo nível preventivo, realizar um diagnóstico do grupo e intervir nos procedimentos didático-metodológicos em vigor. Esse profissional tem, agora, não só o objetivo de detectar as causas dos transtornos, como também de encontrar os meios para que os mesmos sejam eliminados. Já o terceiro nível se dá no momento em que problemas específicos de leitura e escrita já estejam instalados em um aluno ou grupo de alunos. Deve o psicopedagogo, neste caso, atuar diretamente junto a estes, a fim de tratar esses transtornos e evitar outros.

No exercício clínico, o psicopedagogo deve reconhecer a sua própria subjetividade na relação, pois trata-se de um sujeito estudando outros sujeitos. Essa interação de sujeitos, em que um procura conhecer no outro aquilo que o impede de aprender, implica uma temática muito complexa. Ao psicopedagogo cabe *saber* como se constitui o sujeito, como este se transforma em suas diversas etapas de vida, quais os recursos de conhecimento de que ele dispõe e a forma pela qual produz conhecimento e aprende.

Esse *saber* exige do psicopedagogo que recorra a teorias que lhe permitam reconhecer de que modo se dá a aprendizagem, bem como às leis que regem esse processo: as influências afetivas e as representações inconscientes que o acompanham, o que pode comprometê-lo e o que pode favorecê-lo. É preciso, também, que o psicopedagogo saiba o que é ensinar e o que é aprender; como interferem os sistemas e métodos educativos; os problemas estruturais que intervêm no surgimento dos transtornos de aprendizagem e no processo escolar.

Faz-se, desta maneira, imperioso que, enquanto psicopedagogos, aprendamos sobre como os outros sujeitos aprendem e também sobre como nós aprendemos. Para Alicia Fernández, esse *saber* só é possível com uma formação que se oriente sobre três pilares:

coloca
27

conduz
pelo

- a) *prática clínica*: em consultório individual-grupal-familiar; em instituições educativas e sanitárias;
- b) *construção teórica*: permeada pela prática de forma que, a partir desta, a teoria psicopedagógica possa ser tecida;
- c) *tratamento psicopedagógico-didático*: segundo essa autora argentina, o tratamento psicopedagógico-didático é fundamental na formação do psicopedagogo, pois se constitui num espaço para a construção do *olhar* e da *escuta clínica*⁴ – a partir da análise do seu próprio aprender -, que configuram a atitude psicopedagógica.

Ainda de acordo com Alicia Fernández (1991), todo sujeito tem a sua modalidade de aprendizagem, ou seja, meios, condições e limites para conhecer. Modalidade de aprendizagem significa uma maneira pessoal para aproximar-se do conhecimento e constituir o saber. Tal modalidade constrói-se desde o nascimento, é como uma matriz, um molde, um esquema de operar que vamos utilizando nas situações de aprendizagem. Essa modalidade é fruto do seu inconsciente simbólico constituído na sua inter-relação com o outro e de sua atividade estruturante de um universo estável: relação causa-efeito, espaço-temporal, objetividade. Assim, organizam-se as operações lógicas, classificadas e de relação que de um nível de elaboração simples passa a outro cada vez mais complexo. Esse sujeito envolve, num único personagem, o sujeito epistêmico e o sujeito do desejo. Isto significa que a possibilidade de aprender está situada no nível inconsciente, no desejo de conhecer⁵, conforme observa outro autor: “Este deseo de conocer (epistemofilia) está ligado, en movimiento dialéctico, a la búsqueda de su propia verdad (conocer quiénes, y quién es para los otros), y la búsqueda del mundo cognoscible cultural, compartido socialmente” (Müller, 1984, p. 8).

No trabalho clínico, conceber o sujeito que aprende como um sujeito epistêmico-epistemofílico implica procedimentos diagnósticos e terapêuticos que considerem tal concepção. Por exemplo, no processo diagnóstico interessa-nos saber *como* e *o que* o sujeito pode aprender, e perceber o interjogo entre o desejo de conhecer e o de ignorar. Para isso, é necessária uma leitura clínica na qual, através da escuta psicopedagógica, se possa decifrar os processos que dão sentido ao observado e norteiam a intervenção: “Más allá del síntoma que debe ser reeducado, en primer término existe un mensaje que debe ser oído” (Mannoni, 1976, p. 205).

Perceber esse interjogo, ouvir essa mensagem, enfim, assumir essa *atitude*⁶ clínica, requer um conjunto de conhecimentos estruturados de forma a se constituir uma matriz teórica interpretativa. De acordo com Alicia Fernández, necessitamos incorporar conhecimentos sobre o organismo, o corpo, a inteligência e o desejo, estando estes quatro níveis basicamente implicados no aprender. Considerando-se o problema de aprendizagem na interseção desses níveis, as teorias que se ocupam da inteligência, do inconsciente, do organismo e do corpo, separadamente, não conseguem resolvê-lo.

Faz-se necessário construir, pois, uma teoria psicopedagógica fundamentada em conhecimentos de outros corpos teóricos, que, ressignificados, embasem essa prática. Vejamos quais são essas teorias.

2. TEORIAS QUE EMBASAM O TRABALHO PSICOPEDAGÓGICO

Conhecer os fundamentos da Psicopedagogia implica refletir sobre as suas origens teóricas, ou seja, revisar velhos impasses conceptuais que subjazem na ação e na atuação da Pedagogia e da Psicologia no apreender do fenômeno educativo.

Do seu parentesco com a Pedagogia, a Psicopedagogia traz as indefinições e contradições de uma ciência cujos limites são os da própria vida humana. Envolve simultaneamente, a meu juízo, o social e o individual em processos tanto transformadores quanto reprodutores. Da Psicologia, a Psicopedagogia herda o velho problema do paralelismo psicofísico, um dualismo que ora privilegia o físico (observável), ora o psíquico (a consciência).

Essas duas áreas não são suficientes para apreender o objeto de estudo da Psicopedagogia – o processo de aprendizagem e suas variáveis – e nortear a sua prática. Dessa forma, recorre-se a outras áreas, como a Filosofia, a Neurologia, a Sociologia, a Lingüística e a Psicanálise, no sentido de alcançar compreensão desse processo. Para Sara Paín, “nesse lugar do processo de aprendizagem coincidem um momento histórico, um organismo, uma etapa genética da inteligência e um sujeito associado a tantas outras estruturas teóricas, de cuja engrenagem se ocupa e preocupa a Epistemologia; referimo-nos principalmente ao materialismo histórico, à teoria piagetiana da inteligência e à teoria psicanalítica de Freud, enquanto instauram a ideologia, a operatividade e o inconsciente” (1987, p. 15).

Os autores brasileiros Neves, Kiguel, Scoz, Golbert, Rubinstein, Weiss, Barone e outros, assim como os argentinos Fernández, Paín, Visca, Müller, são unânimes quanto à necessidade de conhecimentos de diversas áreas que, articulados, devem fundamentar a constituição de uma teoria psicopedagógica. Diz Fernández: “La epistemología genética, así como el psicoanálisis, son necesarios para la teoría psicopedagógica, pero no confundibles con ella, cuyo fin es dar cuenta de la articulación inteligencia-deseo” (1985, p. 12). Jorge Visca considera que a Psicopedagogia foi se perfilando como um conhecimento independente e complementar, por assimilação recíproca das contribuições das escolas psicanalítica, piagetiana e da Psicologia Social de Enrique Pichón-Rivière. Desta forma, entende esse autor ser possível compreender a participação dos aspectos afetivos, cognoscitivos e do meio que confluem no aprender do ser humano (1987, p. 7).

Para Sara Paín, vale lembrar, os que se defrontam com os problemas de aprendizagem devem fundamentar a sua prática na articulação da Psicanálise, da teoria piagetiana e do materialismo histórico (1986, p. 5). Por sua vez, Marina Müller aponta como suportes teóricos na Psicopedagogia clínica – campo do qual essa argentina se ocupa – a Psicanálise e a Psicologia Genética, bem como a Psicologia Social e a Lingüística (1986).

Os profissionais brasileiros também crêem nessa articulação como fundamento para a teoria e a prática psicopedagógicas, conforme veremos a seguir.

Sonia Moojen Kiguel, fonoaudióloga e psicopedagoga, ao fazer considerações sobre a abordagem psicopedagógica, diz: “A Psicopedagogia Terapêutica é um campo de conhecimento relativamente novo que surgiu na fronteira entre a Pedagogia

e a Psicologia. Encontra-se ainda em fase de organização de um corpo teórico específico, visando a integração das ciências pedagógica, psicológica, fonoaudiológica, neuropsicológica e psicolinguística, para uma compreensão mais integradora do fenômeno da aprendizagem humana" (in Scoz et alii, 1990, p. 25).

Vemos nas palavras de Barone um pensamento convergente para esse sentido: "A prática psicopedagógica vem colocando questões ainda pouco discutidas, de manejo difícil e geradoras de conflito. Isto porque seu 'paciente', o sujeito com dificuldade de aprendizagem, apresenta, quase sempre, um quadro de comprometimentos que extrapola o campo de ação específico de diferentes profissionais, envolvendo dificuldades cognitivas, instrumentais e afetivas" (1991, p. 113).

Vimos que, devido à complexidade do seu objeto de estudo, são importantes à Psicopedagogia conhecimentos específicos de diversas outras teorias, as quais incidem sobre os seus objetos de estudos, por exemplo:

- * a Psicanálise encarrega-se do mundo inconsciente, das representações profundas, operantes através da dinâmica psíquica que se expressa por sintomas e símbolos, permitindo-nos levar em conta a face desejante do homem;
- * a Psicologia Social encarrega-se da constituição dos sujeitos, que responde às relações familiares, grupais e institucionais, em condições socioculturais e econômicas específicas e que contextualizam toda aprendizagem;
- * a Epistemologia e a Psicologia Genética se encarregam de analisar e descrever o processo construtivo do conhecimento pelo sujeito em interação com os outros e com os objetos;
- a Linguística traz a compreensão da linguagem como um dos meios que caracterizam o tipicamente humano e cultural: a língua enquanto código disponível a todos os membros de uma sociedade e a fala como fenômeno subjetivo, evolutivo e historiado de acesso à estrutura simbólica;
- a Pedagogia contribui com as diversas abordagens do processo ensino-aprendizagem, analisando-o do ponto de vista de quem ensina;
- * os fundamentos na Neuropsicologia possibilitando a compreensão dos mecanismos cerebrais que subjazem ao aprimoramento das atividades mentais, indicando-nos a que correspondem, do ponto de vista orgânico, todas as evoluções ocorridas no plano psíquico.

Ora, nenhuma destas áreas surgiu especificamente para responder à problemática da aprendizagem humana. Elas, no entanto, nos fornecem meios para refletir cientificamente e operar no campo psicopedagógico, o nosso campo.

Vejamos um exemplo: uma criança nos é encaminhada por não estar podendo aprender a ler e a escrever – situação, por sinal, bastante comum no dia-a-dia, seja no consultório, seja na instituição escolar. Recorremos, então, a um corpo teórico para que alguns elementos nos ajudem a iluminar o epicentro do problema. Começamos por analisar algumas questões que surgem no nosso trabalho de auxiliar esse sujeito a restabelecer o seu processo de aprendizagem ou, por outra, a entrar no curso da aprendizagem. Pois bem, será que a metodologia utilizada no processo de alfabetização está sendo adequada? Esta questão envolve aspectos do processo

ensino-aprendizagem que devem ser vistos à luz de teorias pedagógicas. Além disso, a construção desse novo objeto de conhecimento – o processo de leitura-escrita – implica processos cognitivos que podem ser compreendidos através da Psicologia Genética, por exemplo. Ou será que o processo se acha inviabilizado na relação professor-aluno? Estaria o aluno estabelecendo uma relação transferencial com o professor, a qual não lhe permite o aprender, ou vice-versa? Ou, ainda, o acesso à leitura-escrita poderia se haver tornado em algo persecutório por estar relacionado com o crescimento? Essa análise, enfim, conforme vimos sublinhando, envolve o respaldo de outras disciplinas, seja no caso uma cultura psicanalítica que permita identificar mecanismos psíquicos, de representação, que atuam no sentido da não-aprendizagem para esse sujeito.

Mas podemos, por outro lado, estar diante de um caso em que o sujeito tenha sofrido uma anóxia de parto que lhe ocasionou uma lesão cerebral, atingindo a área cortical da linguagem. Como nos assegurarmos dessas informações, que, uma vez confirmadas, dão um direcionamento muito diferenciado das situações anteriores? Evidencia-se, é claro, neste caso, que alguns princípios da Neurologia são de fundamental importância ao profissional da Psicopedagogia, desde o encaminhamento a outros profissionais até a definição da forma de tratamento.

Podemos ainda deparar-nos com uma ocorrência em que a dificuldade advenha de diferenças culturais e de linguagem. A estranheza dos significantes do professor para o aluno, e vice-versa, gera problemas na própria comunicação, comprometendo deste modo a leitura e a escrita, já que estas se configuram num ato de comunicação. A Linguística, nesta situação exemplar, pode oferecer um aparato conceitual que venha a operar no sentido de explicitar ao psicopedagogo a causa da problemática e, quem sabe, permitir-lhe uma eficiente intervenção.

De sua parte, a Psicologia Social nos ilumina a natureza do grupo a que pertence o sujeito da aprendizagem, e as interferências socioculturais desse grupo nesse sujeito. Enfim, este e os demais exemplos aqui apresentados atestam situações em que, requerendo elementos conceituais de outros corpos teóricos, a Psicopedagogia pensa o seu objeto de estudo, exemplos em que se registra essa cooperação, esse operar com outros sobre um problema, uma anomalia.

Os profissionais da Psicopedagogia, como quaisquer outros profissionais, sustentam a sua prática em pressupostos teóricos muitas vezes distintos, conforme já referido antes. Isto implica diversificados enquadres, conseqüências da identificação do profissional com determinada corrente teórica. O psicopedagogo pode, por exemplo, dentro das teorias da personalidade, escolher a Psicanálise com o objetivo de compreender o sentido inconsciente das dificuldades de aprendizagem. Tal escolha estaria alicerçada na condição pessoal de psicopedagogo, a qual é oriunda da sua experiência de análise e das condições da sua formação.

Essa opção implica determinado procedimento prático, no qual o trabalho psicopedagógico consistiria em propor à criança a realização de determinadas tarefas e acompanhá-la na sua execução. O foco de atenção do psicopedagogo, porém, é a reação da criança diante da tarefa, considerando resistências, bloqueios, lapsos, hesitações, repetições, sentimentos e angústias frente a certas situações. Além de

outros procedimentos, o psicopedagogo faz as intervenções, que visam permitir à criança entrar em contato com o sentido inconsciente das suas dificuldades.

Menos como uma digressão do que como um breve lembrete, poderíamos sublinhar que Freud já previu a possibilidade de se recorrer à Psicanálise na compreensão dos diversos sintomas (remetamo-nos ao uso psicanalítico do termo *sintoma*). O problema de aprendizagem enquanto sintoma pode ser comparado, na sua dinâmica, com o sintoma conversivo. Frente a enfermidades que apareciam no corpo e que não podiam ser explicadas pela Medicina, Freud chega à noção de inconsciente e entende que o que ocorria era uma conversão simbólica do inconsciente para o corpo. A partir daí começa a pensar nas formações do inconsciente, entre elas o sintoma. Segundo o criador da Psicanálise, o inconsciente não se manifesta de forma direta, nem se pode circunscrevê-lo ou delimitá-lo, mas aparece através das fraturas: o chiste, o lapso, o ato falho, o sonho e o sintoma. "O futuro provavelmente atribuirá muito maior importância à psicanálise como a ciência do inconsciente do que como um procedimento terapêutico" (Freud, 1976, vol. XX, p. 303). Como ciência do inconsciente, portanto, a Psicanálise permite a compreensão do sintoma como problema de aprendizagem, percebendo-o como uma manifestação humana carregada de significado.

Entretanto, não só à Psicanálise recorre o psicopedagogo. Como vimos, ele busca conhecimentos também na Psicologia Genética, na Psicologia Social, na Psicolinguística, etc. Sabemos igualmente que nenhuma dessas áreas surge para responder aos problemas de aprendizagem: as diversas combinações entre elas resultam, entretanto, em posturas teórico-práticas diversificadas, porém com diversos pontos de convergência. Assim, a partir de pressupostos teóricos iniciais da Medicina, da Psicologia e da Pedagogia, foram-se constituindo concepções acerca dos problemas de aprendizagem, as quais transformaram-se e, conseqüentemente, transformaram a prática psicopedagógica, até esta chegar à configuração atual. De qualquer modo, a Psicopedagogia se encontra em fase embrionária e seu corpo teórico acha-se em construção, amalgamando-se ou estruturando o seu arcabouço lógico-principal ou ideal. A cada dia surgem novas idéias, novas situações e mais transformação: o psicopedagogo então transforma a teoria e, por seu turno, a teoria o transforma.

Podemos caracterizar a Psicopedagogia como uma área de confluência do psicológico (a subjetividade do ser humano enquanto tal) e do educacional (atividade especificamente humana, social e cultural). Tratando do mundo psíquico individual e grupal em relação à aprendizagem e aos sistemas e processos educativos, o psicopedagogo ensina como aprender e, para isso, necessita apreender o aprender e a aprendizagem. Para o psicopedagogo, aprender é um processo que implica pôr em ação diferentes sistemas que intervêm em todo sujeito: a rede de relações e códigos culturais e de linguagem que, desde antes do nascimento, têm lugar em cada ser humano à medida que ele se incorpora à sociedade.

A aprendizagem, afinal, é responsável pela inserção da pessoa no mundo da cultura. Mediante a aprendizagem, o indivíduo se incorpora ao mundo cultural, com uma participação ativa, ao se apropriar de conhecimentos e técnicas, construindo em sua interioridade um universo de representações simbólicas.

Pois bem. Nesse trabalho de ensinar a aprender, o psicopedagogo recorre a critérios diagnósticos no sentido de compreender a falha na aprendizagem. Daí o caráter clínico da Psicopedagogia, ainda que o seu objetivo seja a prevenção dos problemas de aprendizagem. Clínico porque envolve sempre um processo diagnóstico ou de investigação que precede o plano de trabalho. Esse diagnóstico consiste na busca de um saber para saber-fazer. Através das informações obtidas nesse processo de investigação, o psicopedagogo inicia a construção do seu plano de trabalho. "O diagnóstico não completa o olhar interpretativo nem diagnóstico: todo o processo terapêutico é também diagnóstico" (Fernández, 1990, p. 44), ocorrendo também no trabalho institucional, onde após o momento inicial de investigação inicia-se um processo de intervenção, com a implantação de recursos capazes de solucionar o problema tão logo este se anuncie. Durante esse processo de intervenção, o profissional não abandona o olhar interpretativo que caracteriza a prática psicopedagógica.

A investigação diagnóstica envolve a leitura de um processo complexo, onde todas as ambigüidades de atribuição de sentido a uma série de manifestações conscientes e inconscientes se fazem presentes. Interrogam aí o pessoal, o familiar atual e passado, o sociocultural, o educacional, a aprendizagem sistemática. O decifrar do sentido da dificuldade de aprendizagem repercute sobre o problema que estamos interpretando: a nossa linguagem sobre a linguagem da enfermidade nos leva a um compromisso, ou seja, ao diagnóstico, promotor de decisões acerca do tratamento.

"Todavía, más que en el adulto, nos encontramos en el niño frente a dudas nosográficas. Sujeto en evolución, el niño es móvil en sus estructuras y lábil en sus manifestaciones; lo mismo pasa en Patología" (Ajuriaguerra, 1970, p. 1). Estas observações de Ajuriaguerra nos falam das dificuldades inerentes ao processo diagnóstico no trabalho psicopedagógico com a criança e com o adolescente.

A leitura do diagnóstico pode variar segundo cada profissional, em função da sua formação, dos marcos referenciais que sustentam a sua prática e a abordagem teórica com a qual ele se identifica. Esta questão é ainda mais controversa quando se fala na atuação psicopedagógica no Brasil, devido às suas condições de formação.

Atualmente, a Psicopedagogia refere-se a um saber e a um saber-fazer, às condições subjetivas e relacionais – em especial familiares e escolares – às inibições, atrasos e desvios do sujeito ou grupo a ser diagnosticado. O conhecimento psicopedagógico não se cristaliza numa delimitação fixa, nem nos déficits e alterações subjetivas do aprender, mas avalia a possibilidade do sujeito, a disponibilidade afetiva de saber e de fazer, reconhecendo que o saber é próprio do sujeito.

3. O CAMPO DE ATUAÇÃO DA PSICOPEDAGOGIA

O campo de atuação do psicopedagogo refere-se não só ao espaço físico onde se dá esse trabalho, mas especialmente ao espaço epistemológico que lhe cabe, ou seja, o lugar deste campo de atividade e o modo de abordar o seu objeto de estudo.

A forma de abordar o objeto de estudo pode assumir características específicas, a depender da modalidade: clínica, preventiva e teórica, umas articulando-se

às outras. O trabalho clínico não deixa de ser preventivo, uma vez que, ao tratar alguns transtornos de aprendizagem, pode evitar o aparecimento de outros. O trabalho preventivo, numa abordagem psicopedagógica, é sempre clínico, levando em conta a singularidade de cada processo. Essas duas formas de atuação, por sua vez, não deixam de resultar num trabalho teórico. Tanto na prática preventiva como na clínica, o profissional, como já vimos anteriormente, procede sempre embasado no referencial teórico adotado.

Ao delimitar o campo de atuação do trabalho psicopedagógico, deve-se, no entanto, diferenciar essas modalidades de atuação, especificando as suas tarefas. Dessa forma, o trabalho psicopedagógico na área preventiva é de orientação no processo ensino-aprendizagem, visando favorecer a apropriação do conhecimento no ser humano, ao longo da sua evolução. Esse trabalho pode se dar na forma individual ou na grupal, na área da saúde mental e da educação.

Na sua função preventiva, cabe ao psicopedagogo:

- detectar possíveis perturbações no processo de aprendizagem;
- participar da dinâmica das relações da comunidade educativa, a fim de favorecer processos de integração e troca;
- promover orientações metodológicas de acordo com as características dos indivíduos e grupos;
- realizar processos de orientação educacional, vocacional e ocupacional, tanto na forma individual quanto em grupo.

O trabalho psicopedagógico pode, certamente, ter um caráter assistencial. Isso acontece quando, por exemplo, o psicopedagogo participa de equipes responsáveis pela elaboração, direção e evolução de planos, programas e projetos no setor de educação e saúde, integrando diferentes campos de conhecimento. A Psicopedagogia ocupa-se, assim, de todo o contexto da aprendizagem, seja na área clínica, preventiva, assistencial, envolvendo elaboração teórica no sentido de relacionar os fatores envolvidos nesse ponto de convergência em que opera.

A elaboração teórica visa criar um corpo teórico da Psicopedagogia, com processos de investigação e diagnóstico que lhe seja específico, através de estudos das questões educacionais e da saúde no que concerne ao processo de aprendizagem. Implica, desta maneira, uma reflexão constante sobre a pertinência da aplicação das diversas teorias ao campo da Psicopedagogia, por meio de avaliação da prática resultante desses pressupostos. Esse trabalho consiste numa leitura e releitura do processo de aprendizagem e do processo da não-aprendizagem, bem como da aplicabilidade e conceitos teóricos que lhe dêem novos contornos e significados, gerando práticas mais consistentes.

Já na área da saúde, o trabalho é feito em consultórios privados e/ou em instituições de saúde (como hospitais), no sentido de reconhecer e atender às alterações da aprendizagem sistemática e/ou assistemática, de natureza patológica. Existe também uma proposta de atuação nas empresas, onde o objetivo seria favo-

recer a aprendizagem do sujeito para uma nova função, auxiliando-o para um desenvolvimento mais efetivo de suas atividades.

Historicamente, a Psicopedagogia nasceu para atender a patologia da aprendizagem, mas ela se tem voltado cada vez mais para uma ação preventiva, acreditando que muitas dificuldades de aprendizagem se devem à inadequada Pedagogia institucional e familiar. A proposta da Psicopedagogia, numa ação preventiva, é adotar uma postura crítica frente ao fracasso escolar, numa concepção mais totalizante, visando propor novas alternativas de ação voltadas para a melhoria da prática pedagógica nas escolas.

Segundo Lino de Macedo (1990), o psicopedagogo, no Brasil, ocupa-se das seguintes atividades:

1. Orientação de estudos – Consiste em organizar a vida escolar da criança quando esta não sabe fazê-lo espontaneamente. Procura-se promover o melhor uso do tempo, a elaboração de uma agenda e tudo aquilo que é necessário ao “como estudar” (como ler um texto, como escrever, como estudar para a prova, etc.).
2. Apropriação dos conteúdos escolares – O psicopedagogo visa propiciar o domínio de disciplinas escolares em que a criança não vem tendo um bom aproveitamento. Ele se diferencia do professor particular, pois o conteúdo escolar é usado apenas como uma estratégia para ajudar e fornecer ao aluno o domínio de si próprio e as condições necessárias ao desenvolvimento cognitivo.
3. Desenvolvimento do raciocínio – Trabalho feito com os processos de pensamento necessários ao ato de aprender. Os jogos são muito utilizados, pois são férteis no sentido de criarem um contexto de observação e diálogo sobre processos de pensar e de construir o conhecimento. Este procedimento pode promover um desenvolvimento cognitivo maior do que aquele que as escolas costumam conseguir.
4. Atendimento de crianças – A Psicopedagogia se presta a atender deficientes mentais, autistas ou com comprometimentos orgânicos mais graves, podendo até substituir o trabalho da escola.

Para Lino de Macedo, estas quatro atividades não são excludentes entre si e nem em relação a outras. O atendimento psicopedagógico poderá, em determinados casos, recorrer a propostas corporais, artísticas etc. De qualquer forma, está sempre relacionado com o trabalho escolar, ainda que com ele não esteja diretamente comprometido.

Para Janine Mery (1985), psicopedagogo é um professor de um tipo particular⁷ que realiza a sua tarefa de pedagogo sem perder de vista os propósitos terapêuticos da sua ação. Qualquer que tenha sido a sua formação (psicólogo, pedagogo, fonoaudiólogo, professor), ele assumirá sempre a dupla polaridade do seu papel, o que determinará seu modo de ser perante a criança e seus familiares, bem como diante da equipe a que pertence. O trabalho do psicopedagogo, de acordo com Mery, possui as seguintes especificidades:

- o “distúrbio de aprendizagem” é encarado como uma manifestação de uma perturbação que envolve a totalidade da personalidade;
- o desenvolvimento infantil é considerado a partir de uma perspectiva dinâmica, e é dentro dessa evolução dinâmica que o sintoma “distúrbio de aprendizagem” é estudado. Assim, se for oferecida uma forma de relação melhor e diferente à criança, ela deverá retomar a sua evolução normal;
- a neutralidade do papel de psicopedagogo é negada, e este conhece a importância da relação transferencial entre o profissional e o sujeito da aprendizagem;
- objetivo do psicopedagogo é levar o sujeito a reintegrar-se à vida escolar normal, respeitando as suas possibilidades e interesses.

O psicopedagogo, ainda segundo Janine Mery (1985), respeita a escola tal como é, apesar de suas imperfeições, porque é através da escola que o aluno se situará em relação aos seus semelhantes, optará por uma profissão, participará da construção coletiva da sociedade à qual pertence. Este fato não impedirá que o psicopedagogo colabore para melhoria das condições de trabalho numa determinada escola ou na conquista de seus objetivos. Mas, em seu trabalho, ele deverá fazer com que a criança enfrente a escola de hoje e não a de amanhã. Esse enfrentamento, no entanto, não significaria impor à criança normas arbitrárias ou sufocar-lhe a individualidade. Busca-se sempre desenvolver e expandir a personalidade do indivíduo, favorecendo as suas iniciativas pessoais, suscitando os seus interesses, respeitando os seus gostos, propondo e não impondo atividades, procurando sugerir pelo menos duas vias para a escolha do rumo a ser tomado, permitindo a opção. Assim, tanto no seu exercício na área educativa como na da saúde, pode-se considerar que o psicopedagogo tem uma atitude clínica frente ao seu objeto de estudo. Isto não implica que o lugar de trabalho seja a clínica, mas se refere às atitudes do profissional ao longo da sua atuação.

A seguir, procuramos mostrar como a prática e a teoria psicopedagógicas vêm ocorrendo – dentro desse território epistemologicamente problemático, visto ser a Psicopedagogia uma espécie de saber híbrido, se assim podemos dizer, enquanto derivado de outras vertentes ou afluentes, a Psicologia e a Pedagogia – nas experiências específicas e inter-relacionadas do Brasil e da Argentina. Apesar dessa hibrididade, iremos notar que se trata de um saber já algo configurado em certa autonomia, certa autenticidade: faz-se em sua identidade enquanto uma jovem *episteme*.

Notas

1 Barthes, em *O Rumor da Língua*, apresenta uma definição que merece ser citada, pois traduz perfeitamente o significado da Psicopedagogia: “O *interdisciplinar*, de que tanto se fala, não está em confrontar disciplinas já constituídas das quais, na realidade, nenhuma consente em abandonar-se. Para se fazer interdisciplinaridade, não basta tomar um ‘assunto’ (um tema) e convocar em torno duas ou três ciências. A interdisciplinaridade consiste em criar um objeto novo que não pertença a ninguém” (1988, p. 99).

2 O termo *prevenção*, no presente ensaio, assim como no vocabulário corrente em Psicopedagogia, refere-se à atitude do profissional no sentido de adequar as condições de aprendi-

zagem de forma a evitar comprometimentos nesse processo. A partir da análise cuidadosa dos fatores que podem promover, como dos que podem comprometer o processo de aprendizagem (motivo de exaustivos estudos na área), o psicopedagogo elege a metodologia e/ou a forma de intervenção com o objetivo de facilitar e/ou desobstruir tal processo – função primeira da Psicopedagogia.

3 O *trabalho preventivo*, da forma como é concebido neste estudo, refere-se à idéia de *prevenção*, comentada em nota de rodapé na página anterior.

4 O conceito de *clínica* provém da Medicina, derivando de um termo grego que significa *leito (klinê)*: *klinikos* é aquele “que visita os doentes no leito” (*Larousse Étymologique – Nouveau Dictionnaire Étymologique et Historique*, 1971). Na prática médica, significa aplicação dos conhecimentos médicos ao enfermo. Para tanto, o profissional deve observar o sujeito, ver o que se passa e o que o transtorna – daí as expressões “olho clínico”, “escuta”.

5 *Desejo de conhecer*, ou seja, a *epistemofilia*, é um conceito kleiniano, como adjetivo, alusivo ao impulso de conhecer associado, desde a mais tenra infância, ao interesse sexual; deriva de Freud e sua visão “pansexualista” (cf. Klein, 1981).

6 Segundo Armando Bauleo: “Actitud es un complejo de acción y teoría (...) es un moverse práctico en el desenvolvimiento del terapeuta, y las dificultades del enunciar recortándolo están ligadas a su propia constitución, producto y conjugación en ese desenvolvimiento de teoría, práctica y experiencia vivida socialmente” (apud Fernández, 1990a, p. 10).

7 Vale ressaltar que a concepção de “um professor de um tipo particular”, como se refere Mery, é diferente do “professor particular” na nossa sociedade, uma vez que este não assume – e nem deve assumir – a postura de terapeuta.